

PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO SETOR DA MINERAÇÃO: O CASO DA VALE S.A. EM MOÇAMBIQUE

Ana Paula Saragossa Corrêa¹
José Gilberto de Souza²

Resumo: O artigo analisa como os processos de extração o mineral se constituem em exemplo das estratégias de acumulação por espoliação ocorridos em Estados fragilizados e dependentes econômica, social e institucionalmente. Essas estratégias determinam as lógicas territoriais de apropriação da terra e de organização social do trabalho, reflexos estes fortemente vivenciados em países africanos, particularmente, em Moçambique. O estudo foi desenvolvido a partir de dados secundários e terciários obtidos junto a órgãos internacionais e nacionais, bem como notícias de jornais, utilizando como método o materialismo dialético. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar essas ações e processos geopolíticos entre os Estados brasileiro e moçambicano a partir das estratégias empresariais da Vale S.A. na extração de carvão nas minas de Moatize.

Palavras-chave: Geopolítica; acumulação por espoliação; pilhagem; Moçambique; minério de carvão.

PROCESSES OF ACCUMULATION BY DISPOSSESSION IN THE MINING SECTOR: THE CASE OF VALE S.A. IN MOZAMBIQUE

Abstract: The article analyzes how mineral extraction processes are examples of strategies of accumulation by spoliation occurring in fragile and economically, socially and institutionally dependent states. These strategies determine the territorial logics of land appropriation and social organization of work, reflections strongly felt in African countries, particularly in Mozambique. The study was developed from secondary and tertiary data obtained from international and national bodies, as well as news from newspapers, using dialectical materialism as a method. The objective of this research is to demonstrate these geopolitical actions and processes between the Brazilian and Mozambican states based on Vale S.A.'s business strategies for the extraction of coal in the Moatize mines.

Keywords: Geopolitics; accumulation by spoliation; looting; Mozambique; coal.

¹ ana.correa@ueg.br

² Professor Adjunto do Departamento Geografia da UNESP/Rio Claro. gil.sou46@gmail.com

INTRODUÇÃO

A África contém uma riqueza cultural e ambiental, no entanto, seu histórico de exploração ocorre à longa data. Muitos Estados realizaram estratégias de ocupação territorial e exploração de suas riquezas e ainda o fazem. Ações colonialistas, de exploração e expropriação que se reverberaram em vários outros territórios, como no caso da formação socioeconômica do Brasil, que teve a mão de obra africana escravizada, do século XVI ao XIX. (FREYRE, 2003; FURTADO 2007)

Localizado na África Austral essa parte do continente africano que nos últimos anos do Século XX se tornou, do ponto de vista geopolítico e econômico, uma região estratégica para os Estados hegemônicos, por ser um país de alto potencial em exploração agrícola e mineral, vem sofrendo processos de intervenção de empresas e explorações de várias magnitudes (LANGA, SOUZA, HESPANHOL, 2014). Um país que vivenciou inúmeras fragilidades sociais e econômicas marcadas por guerras, tem uma população de 27 milhões de pessoas e seu IDH é um dos mais baixos do mundo, sendo 0,416 em 2014, ocupando o 180º lugar no ranking mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique em 2016 foi de 35 bilhões de dólares, ficando em 123º no ranking dado pela Agência de Inteligência Americana. (UNESCO, 2010; PNUD, 2015 e ACIA, 2017).

Dados da balança comercial do país revelam que, no ano de 2015, 34% do total exportado por Moçambique teve sua origem nas atividades de minérios e metais, obtendo a mesma taxa para a agricultura. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) também apresentou aumento significativo, obtendo uma entrada de 3.710,78 milhões de dólares em 2015 contra 107,85 milhões de dólares no ano de 2005, o que ratifica o interesse dos grandes grupos capitalistas na exploração e ocupação do território moçambicano. (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 2017)

Investimentos estrangeiros para exploração de recursos naturais, como a extração de carvão, se configura no patamar de rentabilidade. A retirada de minérios em Moçambique pode proporcionar, sobretudo, considerando as fragilidades políticas decorrentes dos conflitos internos pelos quais o país passou e os resultados de pobreza e miséria que assolam o país, conflitos socioeconômicos e ambientais. As empresas multinacionais investiram nos últimos 15 anos bilhões de dólares, sendo uma delas a Vale S.A.

Observou-se que as ações realizadas por empresas multinacionais em territórios africanos ainda têm características colonialistas e chamou a atenção dessa pesquisa todo o movimento ocorrido em Moçambique pela multinacional brasileira Vale S.A. A mudança das estratégias econômicas e geopolíticas brasileiras, trouxe uma nova dinâmica nas relações com seus parceiros comerciais o que acabou influenciando as empresas nacionais a investirem em novos territórios estrangeiros. (DALLA COSTA, 2009).

Essa abertura política brasileira pôde fazer com que empresas nacionais expandissem seus negócios em territórios africanos. Empreendimentos esses os quais são de domínio e conhecimento técnico e tecnológico, como, por exemplo, a agricultura intensiva e a mineração. (ALEM, CAVALCANTI, 2007)

O objetivo desse artigo é entender as determinações territoriais decorrentes da instalação da Vale S.A. no território moçambicano e sua exploração de minérios em Moatize. O objeto de estudo é a perscrutar os impactos territoriais, considerando as mudanças das relações sociais de poder, os aspectos econômicos e a articulação entre Estado e capital, no processo que David Harvey denomina de acumulação por espoliação. Neste processo, insere-se uma reflexão acerca da atuação da empresa e o conceito de desenvolvimento e como este sentido histórico do capitalismo justifica as articulações do Estado – Capital em território africano e consuma em na prestidigitação das ações nefastas imperialistas.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir de dados secundários e terciários obtidos junto a órgãos internacionais como o banco de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Agência de Inteligência Americana (CIA), relatório da Human Rights Watch, bem como dados relacionados ao movimento “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” e dados da própria Vale S.A. Notícias de jornais brasileiros e estrangeiros também foram importante fonte de dados para esse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Marx (2013) a acumulação primitiva foi fundamental ao desenvolvimento econômico e ampliação das bases técnicas e, sobretudo, das transformações sociais para a instauração do capitalismo, processo esse, ocorrido principalmente no século XVI, responsável pela transição do Feudalismo para o Capitalismo. A acumulação primitiva tonar-se, portanto, importante para entendermos como os capitalistas, ou burgueses, puderam ser detentores dos meios de produção e ampliar sua base de dominação produtiva, política e ideológica. Para o autor, esse processo se deu na forma de captação dos recursos que seriam necessários aos capitalistas. Assim foi possível possuir os meios de produção e obter a dominação sobre a força de trabalho dos proletariados. Um processo que segundo Engels & Marx (2010) se estabelece a partir da mudança de paradigmas em toda a sociedade do século XV ao XVII. Exatamente sobre estas profundas transformações sobre as estruturas produtivas e as relações sociais de produção que no século XXI, Harvey (2005) resgata apontando sua trajetória histórica pré-capitalista como recorrente. Por esse motivo, ele assim o chama de acumulação por espoliação:

O capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas. Mas, tal como Luxemburgo observou convincentemente, é “constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução

ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização. (HARVEY, 2006b, p. 111)

Harvey (2006) explica que na teoria elaborada por Marx (2013) a acumulação de capital é a essência do capitalismo, ou seja, sem a acumulação o capitalismo não crescerá. Esse crescimento do capital está atrelado a um processo de contradições internas, denominada de tensões pelo autor. As contradições são geradas pelo excedente de mão de obra, meios de produção e mercado consumidor, que podem ser exemplificadas da seguinte forma: “[...] o capital é um processo de circulação entre produção e a realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente as dimensões e as formas da circulação”. (HARVEY, 2006a, p. 73).

Segundo Rosa Luxemburg (1983) a acumulação de capital ocorre de duas formas, que são distintas e necessárias para que se realizem. Uma é através da produção de mais-valia, processo feito entre o capitalista, detentores de meio de produção, e o trabalhador assalariado. A outra forma se produz através das relações não capitalistas, que se estabelecem por meio de métodos de políticas coloniais, empréstimos internacionais, guerras e apropriação territorial.

Até meados do século XV, Marx (2013) relata que os camponeses ingleses eram livres e economicamente autônomos até então. A partir do século XVI se iniciou um processo o qual o autor chamou de acumulação primitiva ou original. A desapropriação do povo do campo é um marco para Marx (2013) sobre a mudança de sistema econômico entre o feudalismo e o capitalismo na Inglaterra, berço do atual sistema econômico. Marx chama esse processo de acumulação primitiva, pois este constitui a pré-história do capital. Em 1982 David Harvey, em seu livro *The limits to capital*, elabora um conceito de acumulação por espoliação, conceito que o autor desenvolve de forma mais precisa ao lançar uma análise sobre as mudanças estruturais do capitalismo mundial em seu livro *O Novo Imperialismo*. O autor aponta que:

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentadores. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2005, p. 120)

Para Harvey (2005) a acumulação primitiva, ao contrário do que se pensava Marx, ela não é primitiva, mas necessária para a perpetuação da acumulação de capital. Ele afirma que todo processo ocorrido na era pré-capitalista como a expulsão violenta de populações, o comércio de escravos, a usura, o monopólio da violência exercida pelo Estado e tantas outras ações ainda ocorrem nos tempos atuais para que o capital possa ser acumulado. A acumulação primitiva, segundo Lencione (2012) e Harvey (2005), é um processo constante à sociedade contemporânea. A primeira autora entende que é primitivo na sua forma, no sentido oposto de moderno. E que dessa forma, a acumulação primitiva e a reprodução do capital estão atreladas intrinsecamente dentro do processo histórico do capitalismo, sendo ambas contraditórias e dialéticas. Ocorre que, na visão de Lencione (2012), a

acumulação primitiva, no contexto atual acabou superando a reprodução do capital. Lencione (2012) afirma, em concordância com Harvey (2005), que essa acumulação primitiva está relacionada com o processo de espoliação. Segundo a autora, a espoliação significa “privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos” (LENCIONE, 2012, p.2). Já o processo de reprodução de capital, está atrelado à exploração que “se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada” (LENCIONE, 2012, p. 2). A diferença entre as duas formas de acumulação de capital é que a primeira é a produção de um novo capital, e a segunda faz parte de um capital já realizado, ao qual se agrega mais capital a ele, através da exploração de trabalho.

Luxemburg (1983) afirma que existem duas formas de acumular o capital. Uma é através da mais-valia. A segunda é através da violência, da pilhagem, da fraude e da opressão, apontando que, para entender a acumulação do capital, é necessário avaliar essas duas formas conjuntamente. Então surge uma questão, quando acontece a acumulação por espoliação e por que ela ocorre? Essa acumulação por espoliação ocorre, segundo Harvey (2005), nas eras das crises cíclicas do capitalismo, quando há um desequilíbrio demasiado de acúmulo de capital, ou seja, não há mais outra maneira de reinvestir o capital a não ser através da expansão geográfica o que se consubstancia nas atividades imperialistas.

Outra teoria que explica os motivos da acumulação não capitalistas é a teoria da sobreacumulação, defendida por Harvey (2005), a qual nessa pesquisa levará como a mais próxima da realidade do nosso objeto de estudo. Não significa desconsiderar as proposições teóricas de Luxemburg (1983), mas em analisar em que medida a sobreacumulação pauperiza as populações e que a lógica da circulação mundial dos produtos garante a reprodução em espacialidades distintas da espacialidade da produção, permitindo a existência de padrões acumulativos que se caracterizam como primitiva, ou espoliação, realidade dada pelo capitalismo contemporâneo.

A teoria da sobreacumulação, para Harvey (2005) significa a ausência de investimentos que geram lucro como problema central. O autor explica que aquilo que Luxemburg (1983) coloca como questão central pode ocorrer, mas o que gera a necessidade de se acumular via espoliação é o excesso de concentração de capital. Por esse motivo, há a necessidade de explorar novos territórios, não capitalistas, para que esse capital concentrado possa continuar a gerar um fluxo contínuo de acumulação.

O processo de sobreacumulação começa a ser crônico a partir da década de 70, quando se dá início ao projeto neoliberal das privatizações. A função da acumulação por espoliação é a liberação de um conjunto de ativos a baixo custo, para que dessa forma se possam gerar valores, através do capital sobreacumulado, e assim fazer com que esse ativo tenha um fim lucrativo para aquele capital parado, sobreacumulado. A desvalorização dos ativos está atrelada as forças externas, ou seja, ao controle do sistema financeiro internacional, como observado pela Luxemburg (1983), os empréstimos bancários, utilizado para o controle de interesses de uma burguesia internacional. Segundo Harvey (2005), a função do Estado e das instituições internacionais é organizar a desvalorização para que aconteça a acumulação por espoliação sem que se realize um colapso generalizado:

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo, contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o hegemônio e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une a acumulação por espoliação e a reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado. (HARVEY, 2005, p. 126)

A expansão em territórios não-capitalistas é necessária, pois são oportunidades lucrativas. Lucrativas essas, pois são lugares onde o preço da terra, da mão de obra e dos insumos são relativamente baixos, e dessa forma, o investimento do capital sobreacumulado terá um retorno financeiro rápido. Além disso, há a questão da conquista de novos mercados consumidores. O capitalismo, a todo instante, precisa recorrer a algo externo, criando necessariamente seu próprio “outro”, ou seja, é necessária que ocorra uma dialética entre interior e exterior para que consiga cumprir seu objetivo máximo, que é a acumulação de capital.

O interior colocado por Harvey (2005) aqui é interpretado pelas maneiras capitalistas de produção e a forma exterior. Seria a maneira não capitalista de acumulação, a qual seria via espoliação:

A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado. As motivações podem ser internas (como no caso da China) ou impostas a partir de fora. (HARVEY, 2005, p. 128).

Assim continua o autor que “a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”. (HARVEY, 2005, p. 122). Além dessas formas de espoliação, Harvey (2005) cita outras, como por exemplo, a violação da propriedade intelectual, a biopirataria, a exploração dos recursos naturais, a pilhagem, recursos genéticos, exploração cultural de povos, e assim por diante. Dessa forma surgiram no século XIX e XX os neocolonialismos africanos e indianos, no Século XXI, guerras com podemos observar a do Iraque, exemplo a qual levou ao Harvey escrever o Novo Imperialismo, e tantas outras guerras que ocorreram, ocorrem e ocorrerão. A acumulação por espoliação aparece nesse momento histórico através dessas ações depredatórias de empréstimos e privatizações de recursos aos quais era pertencente ao Estado, maneira de investir o capital sobreacumulado pelos Estados Desenvolvidos (HARVEY, 2005, 2006a, 2006b)

O território de Moçambique é dividido em onze províncias que são: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, onde se localiza Moatize, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo, esta última sendo a capital do país.

O distrito de Moatize, fica a 20 km do Município de Tete, entre os paralelos 15’36” e 16’38” de latitude Sul e entre os meridianos 32’16” e 34’28”

de longitude. Cercado, ao Norte, pelos distritos de Chiúta e Tsángano, a Leste, pela República do Malawi, a Sul, pelo distrito de Tambara, Guro, Changara e município de Tete através do rio Zambeze e Mutarara através do rio Mecombedzi e a Oeste pelos distritos de Chiúta e Changara. Cada uma das províncias tem uma capital provincial de Norte a Sul são: Pebá, Lichimga, Nampula, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai, Matola.

Apesar de a guerra ter acabado há 26 anos, quais são os motivos que levam Moçambique a continuar um país pobre? O Pós-conflito é, para Castel-Branco (2011), muitas vezes, um novo estágio e uma diferente forma do mesmo conflito, a qual a guerra ou outra configuração mais violenta é trocada por outros meios de disputa do poder. Nesta conjuntura, o argumento racional a favor da ajuda fundamentada em políticas é que promove ou recompensa reformas sociais, econômicas e políticas que se supõe, muitas vezes erradamente, abordar e resolver as causas do conflito, dos desequilíbrios e da tensão social.

Segundo Castel-Branco (2011), embora a desigualdade econômica, medida pelo índice de Gini, não se tenha alterado significativamente neste período segundo as estatísticas oficiais, a porcentagem da população que vivem na pobreza absoluta não diminuiu nos últimos anos, sendo que houve um singelo aumento da pobreza e o número de pobres aumentou em 2 milhões até 2011:

(...) a associação estabelecida entre fases iniciais de acumulação e o aumento da desigualdade (por causa da necessidade de aumentar a taxa de poupança para acelerar crescimento económico) nega a experiência histórica de formação do capitalismo na fase de acumulação primitiva. Tanto no caso das economias hoje consideradas desenvolvidas, como no caso de Moçambique e outras economias menos desenvolvidas, a experiência histórica mostra que o processo de acumulação primitiva depende da associação entre o Estado e as forças emergentes da burguesia capitalista para reestruturar a propriedade, o controle dos recursos e as relações de produção. (CASTEL-BRANCO, 2010b, p. 58)

A reestruturação da propriedade, o controle dos recursos e a organização social da produção formam a mudança e a aceleração do sistema econômico. Por consequência, o aumento da desigualdade é o produto de ações políticas, econômicas e sociais da organização da produção e do controle da riqueza gerada, e não a causa da aceleração do crescimento e nem a causa da pobreza. A relação entre riqueza e pobreza é dada pelo controle do trabalho e dos seus frutos e pela luta política em torno desse controle, onde os termos "desigualdade" e "pobreza" são ações sociais, econômicas e políticas de manifestações dessas tensões e conflitos gerados pelas lutas políticas. (Castel-Branco, 2010b)

O discurso político oficial utilizado em Moçambique ultimamente emprega do argumento de que a pobreza é um problema cultural, pois estes vivem dessa forma porque assim o querem, os pobres são assim porque sofrem de pobreza mental. Este tipo de discurso traz muitas vantagens para o capital moçambicano em fase de acumulação primitiva acelerada:

Primeiro, "pobreza" adquire o estatuto e dimensão de recurso natural privilegiado na medida em que mobiliza, em ajuda externa para o Estado, 12 vezes mais recursos do que as contribuições fiscais das empresas multinacionais que exploram os "outros" recursos naturais e energéticos do país. Portanto, a acumulação primitiva das classes capitalistas nacionais pode ser acelerada e as taxas de lucro líquido das empresas multinacionais podem ser aumentadas porque o recurso "pobreza" gera a ajuda externa necessária para financiar o Estado. Em outras palavras, a "pobreza" financia a acumulação de capital ou, para por a mesma questão de outro modo, o Estado subsidia o capitalismo nacional e internacional usando "pobreza" como meio de troca. Como é evidente, se "pobreza" é um substituto para receitas fiscais dos recursos naturais, então o Estado pode subsidiar multinacionais mas já não pode subsidiar o pão, o transporte, os meios energéticos, a água, etc. (CASTEL-BRANCO, 2010b, p. 6).

No Estado neoliberal, a pobreza deixa de ser um fenômeno social e torna-se assunto pessoal. Nesse discurso o pobre é culpado pela sua própria pobreza. Dessa maneira, não é associado à desigualdade pela acumulação de capital. Castel-Branco (2010b) tem o seguinte questionamento:

Será que acelerar o crescimento económico com base na exportação em bruto de recursos naturais e na construção de infra-estruturas de apoio à economia extractiva, associado com incentivos fiscais enormes e redundantes, não é uma das premissas que gera mais pobreza (e mais riqueza ao mesmo tempo), que aumenta os preços dos bens básicos de consumo, que reduz as oportunidades e opções para o desenvolvimento articulado e diversificado do País? (CASTEL-BRANCO, 2010b, p. 7)

Moçambique é um país rico em recursos naturais como o carvão, gás natural, terra, para a agricultura, bauxita e fosfato. As descobertas de carvão de coque, utilizado para a produção de aço, aliadas à grande demanda chinesa e indiana, contribuiu para o aumento do interesse dos investidores estrangeiros.

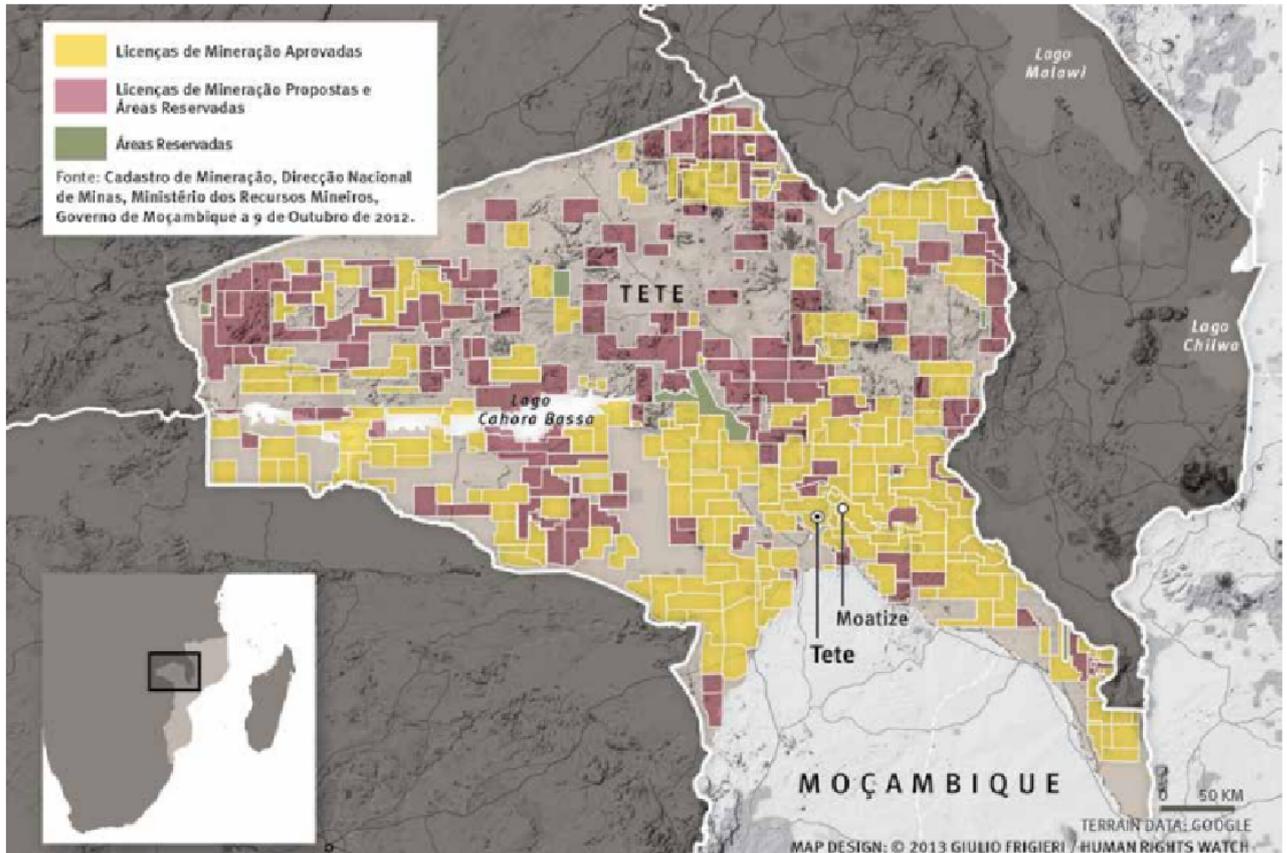
Há em Moçambique muitas jazidas de carvão, onde a mais conhecida é a Bacia Carbonífera de Moatize, na província de Tete. Esta jazida foi considerada uma das maiores do mundo, com uma estimativa de reservas de 2,5 bilhões de toneladas. Somente no projeto da Vale há uma previsão de exploração de uma média anual de 11 milhões em um tempo de 35 anos, que serão escoados para o Brasil, Ásia, Oriente Médio e Europa. (JOSÉ ; SAMPAIO, 2011)

O carvão ocupa a primeira colocação em abundância e respectiva vida útil em se tratando de recursos energéticos não renováveis. A longo prazo é a mais importante reserva energética mundial. Ambientalmente é o combustível mais agressivo, pois sua combustão emite poluentes na atmosfera:

Motivos econômicos e ambientais, que relacionam a queima desse combustível com a acidificação das chuvas e outros efeitos da poluição atmosférica, contribuíram para a redução de

5% no consumo durante a década de 1990 (JOSÉ;SAMPAIO, 2011, p.2)

Figura 1. Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique
Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique



Fonte: Human Rights Watch (2013)

Até 1997, segundo a agência Internacional de Energia, o carvão foi a segunda fonte principal de energia no mundo. Até então China, Estados Unidos e Índia eram os maiores produtores de carvão no mundo. (JOSÉ;SAMPAIO, 2011)

Em Moçambique há uma grande quantidade e variedade de recursos minerais que em sua maioria ainda não foram explorados. Exemplos desses recursos são metais básicos, fosfatos, rochas ornamentais, bauxita, minério de ferro, tantalite, pedras preciosas e semipreciosas, grafites e outros. Além dos exemplos citados há várias jazidas de carvão, a mais conhecida é a de Moatize, Bacia Carbonífera de Moatize, localizada na província de Tete. Esta jazida é considerada até o momento uma das maiores do mundo, com estimativas de reservas de 2,5 bilhões de toneladas. Dessa forma, o governo moçambicano convida investidores a trazerem propostas para a exploração desses recursos minerais. (JOSÉ;SAMPAIO, 2011)

A política moçambicana foi dominada pelo neoliberalismo. Nos últimos anos, o país tem recebido Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em grande parte, no setor minero-energético e muita ajuda externa para manter sua economia. Os empreendimentos do setor econômico de minas e energia, tem geralmente recebido investimentos iniciais da ordem de USD 500.000

(quinhentos mil dólares), são definidos como megaprojetos. Castel-Branco (2010) relata o seguinte:

(...) depois de uma década de silêncio ou de ambiguidades e contradições, o BM e FMI reconhecem oficialmente que os mega projectos pouco ou nada contribuem para a redução da pobreza e para a sustentabilidade do crescimento econômico, e que os incentivos fiscais que lhes são atribuídos os tornam irrelevantes e elevam os seus rácios de custo/benefício social. (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 9)

As pressões sociais e da comunidade internacional trouxeram reformas legais com o intuito de minimizar os paradoxos os quais a economia de Moçambique está: o da abundância de recursos naturais e minerais, a quantidade de pessoas pobres no país e, por consequência, a dependência de ajuda externa. Mosca e Selemane (2011) questionam se os megaprojetos trazem algum benefício para Moçambique e esse artigo investiga se há acumulação por espoliação em Moatize por trás desses projetos.

Existem dois megaprojetos de mineração de minas de carvão, chamado de projeto Carvão Moatize, na província Tete, este localizado em Moatize, uma das regiões mais pobres e mais populosa do país, e o outro é o Projeto Carvão Benga. O primeiro projeto é onde a Vale está localizada sob os convênios das empresas Odebrecht e Camargo e Corrêa e financiamento do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento). O segundo projeto é pertencente à Riversdale Mining que além do projeto de Benga, a empresa tem outro projeto de exploração de carvão na região chamado de Projeto Zambeze. Este tem como objetivo desenvolver o plano diretor da cidade de Tete. (MOSCA; SELEMANE, 2011)

Os grandes insumos e fatores de produção específicos das atividades mineiras são importados sem aplicação de taxas alfandegárias. Tanto a Vale S.A, como a Riversdale Mining, que depois se tornou a Rio Tinto, tem esses benefícios das isenções de direitos aduaneiros. Para a escoação dos produtos há um aumento de demanda por serviços de transporte e de insumos, como combustível e energia. (MOSCA; SELEMANE, 2011)

Há possibilidades de escoar o carvão através das linhas de Sena e de Nacala, ou pelo rio Zambeze. Para a fase iniciais, existe a possibilidade de escoamento por caminhão até ao porto da Beira, pelo volume de minérios a serem transportados, todas as possibilidades podem ser utilizadas. (MOSCA; SELEMANE, 2011)

A reabilitação do corredor do Norte foi realizada com um investimento da Vale num valor estimado em 1.6 bilhões de dólares. O projeto, chamado de Nacala XXI, que totalizará 912 quilômetros, a mesma extensão da Estrada de Ferro de Carajás, foi implementado mediante um acordo assinado em 23 de Outubro de 2009. A construção da linha foi de Moatize até o porto de Nacala, na província de Nampula, onde foi modernizado e construído um grande terminal de Carvão. O corredor iniciou sua operação em maio de 2017 e tem a previsão para exportar em 2018 18 toneladas de carvão no total. (MACAUHUB, 2013, MOSCA; SELEMANE, 2011)

Em dezembro de 2013 a Vale anunciou que irá vender metade de sua participação para outra empresa a qual dividirá com ela as despesas e as receitas da construção dessa linha férrea. A Vale iniciou em Moçambique no

ano de 2004, quando ganhou o concurso internacional feito pelo Governo para concessionar as minas de Moatize. O Governo moçambicano assinou com o Vale, em junho de 2007, um contrato para a exploração do carvão de Moatize. O projeto prevê igualmente a instalação de uma central térmica. (MOSCA; SELEMENE, 2011)

Segundo Banco Mundial e IPEA (2011), a Vale atua no setor de mineração da África com escritórios na África do Sul, Angola, Gabão, Guiné Bissau, Moçambique e República Democrática do Congo. Em 2010 a empresa anunciou investimentos em projetos para os próximos cinco anos de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões. Recentemente a Vale comprou empresas de mineração, na África do Sul e na República Democrática do Congo. Em Moçambique, a empresa iniciou atividades metalúrgicas e de mineração de carvão em Moatize em 2011, com investimentos de US\$ 6 bilhões. Em Angola a Vale está à procura de minas de cobre e níquel. Em Guiné, a Vale comprou 51% da empresa BSG Resources (Guiné) Ltd., empresa essa que detém concessões de minério de ferro no país. Segundo notícias do Jornal O Estado de São Paulo, as reservas de carvão de Moatize são umas das poucas maiores ainda não exploradas no planeta. No ano de 2004 foi concedida uma porcentagem dessa mina para a Vale, após 24 anos de negociações entre os Estados brasileiros e moçambicanos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

O megaprojeto da Vale em Moatize, conhecido como “Projeto Moatize”, tem a seguinte estrutura: 85% da participação pertencem a Vale, 5% à Moçambique e 10% a investidores moçambicanos. Segundo Mosca e Selemene (2011) os principais financiadores do megaprojeto da Vale em Moçambique são a multinacional IDC e a o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A área do megaprojeto é de 23.780 hectares e está localizada no distrito de Moatize, província de Tete.

A escala do projeto é grande, pensando na totalidade da economia de Moçambique com o Produto Interno Bruto (PIB) de 12.24 bilhões de dólares americanos segundo o Banco Mundial em 2012. A Vale gastou por volta de 2 bilhões de dólares na primeira fase do projeto, igual quantidade na segunda fase do projeto e 4 bilhões de dólares em infraestrutura.

A intenção da empresa é que a mina de Moatize exporte anualmente na primeira fase 11 milhões de toneladas de carvão, depois na segunda fase o dobro da quantidade. Por causa da ausência de infraestrutura, a meta foi reduzida de 5 milhões de toneladas para 2,6 milhões de toneladas no ano de 2012. Em 2013, segundo o Estadão, o esperado a produção de 6,2 milhões de toneladas de carvão. Para 2018, com o corredor de Nacala em funcionamento, esse número aumenta para 18 milhões de toneladas.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E INCENTIVOS FISCAIS

Há controvérsias a respeito das questões fiscais do megaprojeto da Vale. Segundo notícia de O Estadão, contrato prevê isenção de alguns impostos para os anos iniciais de operação, que são quando os custos de investimento são maiores que os lucros com a venda do carvão. O contrato também estabelece que a Vale pague 3% royalties sobre o carvão

comercializado ao invés daquele extraído. No ano de 2013, a previsão é que a Vale exporte metade de sua produção:

"O contrato com a Vale é um contrato problemático, que arrepia a lei. Na questão dos royalties, a lei estabelece que eles sejam pagos sobre a produção", diz Adriano Nuvunga, diretor do Centro de Integridade Pública, uma organização de investigação moçambicana. Em agosto de 2013, foi lançada em Moçambique uma campanha que pede a revisão da tributação dos mega-projetos minerais. Fala-se inclusive da renegociação dos contratos já estabelecidos. O da Vale, entre eles. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 31/10/2013)

Os megaprojetos se beneficiam de incentivos fiscais, de exceções legais e facilidades de operação que, geralmente, outras entidades econômicas não usufruem. Por causa dessas ações governamentais, iniciou-se um debate, pressão e questionamentos sobre esses incentivos e como eles vem se intensificando nos últimos anos. (MOSCA; SELEMANE, 2011)

A mineração de carvão é uma das maneiras mais graves de extração de recursos naturais, tanto para o meio ambiente, quanto para a própria saúde humana. Esta forma de mineração libera para a atmosfera gases como o metano e o dióxido de carbono, poluentes ao meio ambiente. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013).

A mineração ao céu aberto também envolve outros prejuízos como o desmatamento de árvores, a retirada da vegetação deixando o solo exposto a erosões, por exemplo, e destruindo a vida e a biodiversidade local. Outra forma de poluição provocada pela mineração de carvão é a poluição do ar e da água. Segundo José e Sampaio (2011) os processos mineiros são grandes consumidores de água e nos locais onde existem grandes riscos ao patrimônio ambiental a mineração precisa ser vedada. Apesar das práticas mineiras hoje em dia são mais aprimoradas, ainda existem muitos riscos ambientais que variam:

(...) desde a geração e transporte de sedimentos causados por estradas mal conservadas durante a fase de exploração até o assoreamento de cursos de água e aumento de partículas sólidas em suspensão nas águas durante a fase de operação da mina. (JOSÉ;SAMPAIO, 2011, p. 17)

A poeira e as partículas de carvão, assim como a fuligem liberta ao longo do transporte do carvão, contribuem para a poluição do ar, caucionando problemas respiratórios aos seres humanos e até mortais para os trabalhadores das minas de carvão. O carvão exposto à água da chuva ou de um corpo d'água, por exemplo, geram a drenagem ácida de mina, um escoamento ácido que contém material tóxico, com metais pesados como o cobre, chumbo, mercúrio e outros, podendo poluir corpos d'água e lençóis freáticos. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013).

Segundo o relatório da Human Rights Wacth (2013) os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) apresentadas pela Vale descrevem os impactos ambientais previstos dos seus projetos de mineração e seu planejamento para minimiza-los. O documento mostra que a proximidade da mina de Moatize aos assentamentos, a com a cidade de Tete, e ao Rio Zambeze e Revubóe

umentam o risco de impactos a saúde e a economia, sobretudo no caso quando ocorrem falhas em termos de mitigação:

(...) os funcionários da Vale e da Riversdale mencionaram que as comunidades nos arredores da cidade de Tete estão directamente no caminho da poluição do ar levada pelos ventos predominantes. Numa das fases das operações da mina de Benga, "valores médios horários de concentrações de NO₂ excedem as directrizes da OMS de 200 ug/m³, mas estão dentro do limite legal de Moçambique de 400 ug/m³." Os EIAs para ambas as minas de Moatize e Benga discutem inúmeras potenciais fontes de contaminação da água, bem como de degradação da terra. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 38)

Para que os impactos sejam minimizados é necessário que o governo monitore regularmente os projetos de mineração de carvão. Ainda não há em Moçambique um processo sólido de fiscalização das questões ambientais dentro da indústria de mineração, assim como a questão dos regulamentos e penalidades. Segundo entrevista a Human Rights Wacth a vice-ministra do Ministério da Coordenação da Ação Ambiental de Moçambique, Ana Chichava, relatou a problemática sobre a fiscalização ambiental: "A limitação é os recursos. Temos que desenvolver a capacidade da nossa equipe Estamos a investir na formação das pessoas, mas também estamos a perder alguns. Estamos a investir em bolsas de estudo, mas há muita concorrência com o sector privado por causa de salários" (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013)

Dessa maneira, podemos analisar que os megaprojetos pouco têm sido fiscalizados pelo governo moçambicano, e que as leis atribuídas às questões ambientais, podem não estar de acordo com o que a Ordem Mundial da Saúde recomenda, levando em conta que há uma possível realização de dumping ambiental ocorrendo nesses locais. Sendo dessa forma, garantindo a acumulação de capital através da espoliação.

OS REASSENTAMENTOS DA VALE EM MOATIZE

Segundo Mosca e Selemene (2011) os dados que a Vale divulga não indicam claramente o custo total do reassentamento. Segundo a própria empresa, foram investidos na parte social durante a fase de estudos de viabilidade 7.000.000 dólares americanos.

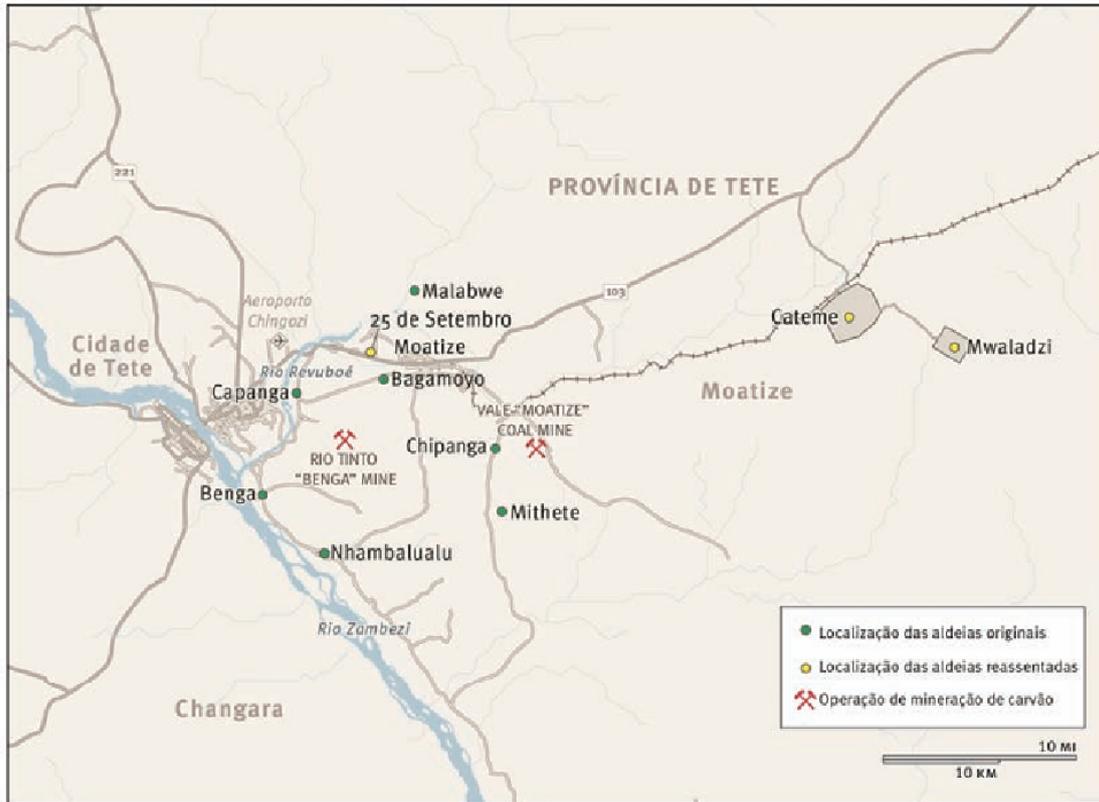
A mina de carvão da Vale envolveu o reassentamento de 1.365 famílias, em torno de 5 mil pessoas, que viviam perto das aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe e foram redistribuídas em dois reassentamentos ou foram compensadas financeiramente.

A transferência da população afetada pelo megaprojeto da Vale aconteceu entre 9 de novembro de 2009 e 28 de abril de 2010 foram reassentadas em dois locais diferentes: Cateme, a 40 Km de Tete e Bairro 25 de Setembro:

A Vale reassentou 289 agregados familiares em 25 de Setembro, concebido como um bairro urbano na cidade de Moatize. A compensação não inclui terras agrícolas, mas incluiu bombas de água em cada casa, uma promessa de

reformara escola primária e o hospital de Moatize e novas casas. Este reassentamento foi feito para as pessoas que dependem principalmente de empregos assalariados em vez de empregos na agricultura (HUMAM RIGHTS, 2013, p. 46)

Figura 2. Locais das aldeias originais e reassentadas na província de Tete
LOCAIS DAS ALDEIAS ORIGINAIS E REASSENTADAS NA PROVÍNCIA DE TETE



Fonte: Human Right Wacth (2013)

Foi realizada um censo pela Vale para rotular as famílias e dividi-las entre os dois destinos. As famílias foram classificadas em rural e urbana. Segundo esse censo 717 foram classificadas como rurais e 596 como urbanas. Alguns teóricos, como Selemane (2011) acredita que essa separação foi proposital para que não houvesse uma grande articulação entre as populações reassentadas.

Houve famílias que não concordaram em mudar-se para os reassentamentos. A Vale proveu assistência para 106 famílias para que elas pudessem comprar uma casa e uma compensação financeira directa para 254 famílias:

Os funcionários da Vale disseram à Human Rights Watch que eles não anunciaram proeminentemente a possibilidade de assistência financeira directa ou indirecta, por medo que as comunidades afectadas gastassem todo o seu dinheiro de forma rápida e, em seguida, ficassem em condições vulneráveis, sem habitação e terra adequada. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 47)

Os familiares das comunidades reassentadas pela Vale sofreram problemas significativos nos reassentamentos que tange seus direitos econômicos e sociais, incluindo a autonomia para adquirir comida, água, acesso a trabalho e a saúde. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013)

Segundo vídeo divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo em 31/10/2013 o líder da comunidade reassentada, Saize Roia, relata o seguinte:

Quando chegou a Vale, quando começou a fazer a pesquisa, falava que todo mundo vai ser reassentado: todos vão ter emprego. Então nós ficamos satisfeitos com a empresa vinha boa (sic). A gente falava assim: boa vinda dessa empresa porque vai acabar com a pobreza. Enquanto era uma política falsa. Desenvolvimento que aparece sempre greve, que desenvolvimento é esse? Não é nenhum desenvolvimento para os reassentados, não! Não! Para aqueles grandes, ou posso dizer para os chefes máximos pode se dizer que há desenvolvimentos. Mas para pessoas que foram reassentadas zero. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

Segundo relato de outro morador, Isac Sampanha, oleiro, a Vale fez capacitações com alguns moradores em funções como carpinteiros, pedreiros e encanadores entre outros, e estes trabalharam na Odebrecht por um período curto de tempo e depois foram dispensados. Isac reclama que anteriormente eles tinham certa independência econômica por causa da olaria e, agora, isso não é mais possível com a ocupação da empresa no local onde eles fabricavam os tijolos.

Segundo pesquisa da Human Rights Watch (2013) as terras agrícolas do reassentamento de Cateme, núcleo rural dos reassentados, as autoridades locais e empresarias reconhecem a baixa qualidade para o plantio e o difícil acesso a água:

As comunidades também tiveram as suas opções de trabalho não-agrícola reduzidas e um abastecimento de água errático. Eles agora vivem a cerca de 40 km de um grande mercado, em comparação com apenas alguns quilômetros antes do reassentamento. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 48)

Mesmo com a suposta melhora das novas habitações, a troca da casa de madeira pela casa de alvenaria, essas se encontram em péssimas condições com rachaduras e infiltrações, denunciam uma má construção nos reassentamentos:

As famílias reassentadas em Cateme tiveram que viver sem acesso adequado a terra agrícola de substituição por três anos, devido aos atrasos na alocação de terra por parte do governo. Os agregados familiares em Cateme e Mwaladzi tiveram problemas com o abastecimento de água irregular durante meses após o reassentamento. (...) Muitas das melhorias de infraestrutura só aconteceram depois do reassentamento e depois de reclamações feitas pela comunidade, tais como a

construção de uma estrada de acesso para ligar Cateme à estrada principal (...) (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 52).

A maioria dos reassentados de Cateme eram agricultores e oleiros, vendiam os tijolos, carvão vegetal, lenha, frutas e legumes nos mercados próximos a Moatize. Segundo o relatório da Human Rights Watch (2013) no país é normal encontrar agregados familiares com atividades econômicas primárias, com um pedaço pequeno de terra chamado machamba para a produção de parte de seu alimento.

No reassentamento de Cateme, a produção de alimentos caiu de maneira drástica por causa da baixa qualidade do solo. Nas casas onde os reassentados viviam anteriormente tinham terrenos de solos férteis onde podiam plantar culturas de subsistência como o milho e a mapira, no Brasil conhecido como sorgo, hortas nas margens dos rios Zambeze e Revuboe e outros corpos d'água próximos a aldeia. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013)

Terese J. disse ao Human Rights Watch o seguinte:

[Antes do deslocamento] eu tinha um grande terreno para a agricultura e uma pequena parcela de legumes. Eu poderia encher o meu armazém de milho. Eu produzia cerca de quatro a cinco sacos de mapira. Nós produzíamos o suficiente para nós mesmos ... Às vezes a gente até podia vender [o excedente]. Nós nunca ficávamos muito tempo sem alimentos. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 54)

Segundo pesquisa de campo da Human Rights Watch funcionários da Vale e um especialista em agricultura afirmaram que as terras de Cateme são de qualidade variável, sendo que algumas parcelas são incapazes de produzir culturas básicas que antes era possível nas antigas comunidades dos reassentados e sem investimento em irrigação seria impossível haver produção agrícola:

Em resposta à incapacidade dos agricultores de cultivar quantidades suficientes do seu próprio alimento nas suas terras, como faziam anteriormente, tanto a Rio Tinto como a Vale, após atrasos, têm apoiado programas periódicos de distribuição de alimentos. A terra, em muitos casos, é rochosa, distante de fontes de água e imprópria para a produção de uma quantidade e variedade de culturas básicas de preferência: o milho e a mapira. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p.55)

Os reassentados entrevistados pela Human Rights Watch disseram que antes conseguiam cultivar cerca de quatro culturas diferentes e após o deslocamento somente uma cultura:

Sobrecarregados com a terra pouco produtiva e meios limitados de ganhar rendimento em dinheiro, alguns agregados familiares reassentados batalharam para ter comida suficiente para comer. Senolia S., reassentada em Cateme, disse: "Nós costumamos comer três refeições, pequeno almoço, almoço e jantar. Quando não há comida, podemos passar um dia inteiro sem comer até mesmo sem uma dessas refeições (...)" Eu não

posso comer esta casa. Só quero saber onde é que eu posso obter comida."Teresa J. disse à Human Rights Watch:" Eu estou sempre preocupada com comida ... Estou dependente dos meus filhos, às vezes eles dão-me pouco. Quando eu estava em Chipanga, eu produzia a minha comida (...) Cristina L., disse, Estamos sempre preocupados, porque temos filhos. Normalmente temos três refeições por dia. Às vezes, quando vemos a comida a acabar, reparamos que temos de poupar e deixar para o pequeno almoço. Às vezes nós vamos para a cama sem comer. Quando temos menos comida, cozinhamos para os filhos, e eu e o meu marido vamos para a cama sem comida (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p. 65)

Além dessa problemática da qualidade do solo dos reassentamentos, foram relatados que algumas glebas de terras fornecidas à população pelo Estado já tinham donos, e algumas famílias ficaram sem terras. Segundo a Vale já existiam 67 famílias nessa situação e a Vale só descobriu isso após a mudança das famílias reassentadas. Senolia S., uma agricultora de 60 anos de idade, em Cateme, disse:

Eu produzi milho no primeiro ano [2010]. No segundo ano, as pessoas vieram e disseram que a terra era delas. Eu deixei o milho que eu já havia plantado. Fui para Vale e disse-lhes que a terra que tinham-me dado pertencia a outros. Eles disseram que iriam dar mais terra. Isto já foi há dois anos. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 58)

Em abril de 2013, os representantes da Vale disseram à Human Rights Watch que, numa decisão do governo da província de Tete, foram oferecidas novas parcelas ou compensações financeiras capazes de substituir a terra de 87 famílias prejudicadas. Até a elaboração do relatório da Human Rights Watch, não tinha ainda ocorrido nenhum fornecimento de compensação adicional para as famílias que foram prejudicadas com a mudança. O governo de Tete queria que ocorresse uma compensação financeira para esses prejudicados, ao invés do segundo hectare de terra. A gestora-geral da Vale para a responsabilidade social empresarial, Liesel Filgueiras, relatou que:

É importante compreender que, nas nossas discussões com o governo, a melhor abordagem é [atribuir] o segundo hectare de terra, nós queríamos que isso acontecesse. [A compensação financeira] foi decisão do governo Estamos muito preocupados com esta abordagem. Isto pode gerar uma espécie de actualização falsa em termos de rendimento que não é sustentável. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p.)

Segundo notícia do site "Jornal Minha Terra dos Emigrantes de Luxemburgo" de 26/01/2014 a empresa afirmou que irá indenizar as famílias reassentadas do Bairro 25 de setembro. Em dezembro de 2013 as famílias reassentadas do bairro 25 de Setembro fizeram uma manifestação contra a proposta de indenização fornecida pela Vale e reivindicaram uma compensação justa pelos terrenos agrícolas que perderam com o megaprojeto.

Além de o Estado ter fornecido terrenos onde não é possível que os camponeses continuem com suas atividades agrícolas, a Vale ter fornecido casas onde com poucos anos já se encontram com problemas estruturais, outro problema enfrentado pelos moradores é a falta de água potável. O reassentamento encontra-se em zonas áridas com ausência de recursos hídricos, uma situação oposta a antiga comunidade. Antes os moradores contavam com os rios Zambeze e Revubó para a irrigação de suas culturas e pecuária bovina. (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013)

A solução encontrada pela Vale foi a instalação de bombas d'água tanto em Cateme quanto em 25 de Setembro, porém esse não foi o suficiente para cobrir a demanda de água da população, ou seja as vezes falta água nos reassentamentos. Por isso, muitas famílias diminuíram suas quantidades de animais. Muitos gostariam de cultivar hortas, mas não é possível pela escassez da água:

Elvira A., uma moradora de 25 de Setembro, disse: "Estamos a sofrer muito porque estamos a pagar por água enquanto que estamos habituados a ter água de graça e porque estamos a comprar alimentos que costumávamos produzir nós mesmos." (HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, p 71)

Antes a população tinha acesso livre a água diretamente nos rios, agora é necessário pagar por ela. Em 2012 a Vale fez alguns reparos para melhorar a distribuição de água tanto em Cateme quanto no 25 de Setembro. Mas ainda não há pesquisa para saber se as melhorias de infraestrutura realizadas conseguiram alterar a qualidade de vida dos reassentados quanto ao uso agrícola. Para essas informações a pesquisadora entrou em contato com a assessoria da Vale, a qual indicou o e-mail da responsável por este assunto, mas está nunca retornou aos e-mails. Dessa forma, fica difícil saber a posição da Vale em relação a este assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de acumulação primitiva se deu na forma de captação dos recursos que seriam necessários aos capitalistas. Assim foi possível possuir os meios de produção e obter a dominação sobre a força de trabalho dos proletariados. A acumulação primitiva tonar-se, portanto, importante para entendermos como os capitalistas, ou burgueses, puderam ser detentores dos meios de produção e ampliar sua base dominação produtiva, política e ideológica.

A acumulação de capital é a essência do capitalismo, ou seja, sem a acumulação o capitalismo não crescerá. Esse crescimento do capital está atrelado a um processo de contradições internas. Contradições geradas pelo excedente de mão de obra, meios de produção e mercado. Esse processo ocorre de duas formas, que são distintas e necessárias para que se realizem. Uma é através da produção de mais-valia, processo feito entre o capitalista, detentores de meio de produção, e o trabalhador assalariado. A outra forma se produz através das relações não-capitalistas, que se estabelecem por meio de métodos de políticas coloniais, empréstimos internacionais, guerras e apropriação territorial. Essa é a linha de raciocínio que a autora utiliza para explicar a questão sobre imperialismo.

A acumulação primitiva é o processo histórico que separa o camponês, que obtinha seu meio de produção, da terra. O camponês desapropriado, a partir de então, teve que trabalhar para terceiros em suas antigas terras para poder se sustentar.

Observamos dentro do processo da constituição do projeto “Moatize” desapropriação da população anteriormente residente nesta área, sendo ela realocada em áreas onde essa população não consiga a mesma qualidade de vida, seja ela baixa, por não ter terrenos férteis para a reprodução de sua sobrevivência. No que tange a questão da infraestrutura colocada pela Vale S.A., estas até o momento da conclusão do relatório da iniciação científica realizada em 2014, sem atingir a expectativa dos moradores, já que a construção das casas dos realocados são de baixa qualidade e em pouco tempo, estão dando problemas, como por exemplo, rachaduras. Faz se necessário a continuidade de investigação para saber como está hoje em dia.

Segundo discursos encontrados em notícias como, por exemplo, do O Estado de São Paulo (2013), e o relatório da Human Rights Watch(2013), a quantidade de problemas e a situação da população realocada, em suma, piorou com a chegada da mineradora brasileira. No que tange a perspectiva do país como um todo, a quantidade de dólares que foram e serão investidos será aproximadamente de 9 bilhões de dólares.

Além desses dados encontrados, a Vale S.A. não respondeu até o momento os questionamentos feitos através de e-mails a respeito dos reassentamentos e também no site da Vale S.A. em seus balanços patrimoniais, não é possível analisar o lucro apenas do projeto “Moatize”, ficando difícil saber a quantia de lucro obtido até o momento. Por outro lado, as pesquisas de José e Sampaio (2011) apontam que nessa localidade onde está instalada a multinacional, está uma das maiores jazidas de carvão mineral do mundo. Através desse grande investimento realizado pela Vale S.A., podemos concluir que o retorno esperado com a exploração do carvão mineral será gigantesco, compensando todo o investimento realizado pela mineradora. Por sua vez, os dados apontados em IDE, permitem inferir o quando o capital internacional se territorializou neste país e o quanto de excedente poderá extrair na exploração mineral, considerando as condições ambientais e sociais que o capital internacional encontra para estabelecer patamares de reprodução ampliada.

Dessa forma, apesar desses megaprojetos desenvolverem de alguma maneira a economia e a infraestrutura do país, fica claro que todo esse investimento realizado pela Vale S.A. não terá um retorno para a população moçambicana, talvez alavancará a economia do país, mas os Índices de Desenvolvimento Humano continuarão baixos, e dependente de nova perspectiva política para que haja um melhor investimento dessas empresas por meio de uma carga tributária que permita faz jus às demandas sociais que se apresentam ao país.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que concedeu recursos financeiros para a viabilização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ATINGIDOS PELA VALE. **1365 famílias reassentadas pela Vale Recorrem ao governo do país para garantir direitos.** 2012. Disponível em: <http://atingidospelavale.wordpress.com/2012/10/29/mocambique-1365-familias-reassentadas-pela-vale-recorrem-ao-governo-do-pais-para-garantir-direitos-2/>

Acesso em: 10 jan. 2014.

AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA AMERICANA. **The world factbook.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>> Acesso em: 24 jul. 2017.

ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões,** in: ALMEIDA, André (org.). *Internacionalização de empresas brasileiras. Perspectivas e riscos.* Rio de Janeiro: Elsevier, p. 259-282, 2007.

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012.** Disponível em: <http://atingidospelavale.wordpress.com/2012/04/18/relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2012/>>. Acesso em: 28 dez. 2012.

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana.** Parceria Sul-Sul para o Crescimento, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12637. Acesso em: 12 set. 2012.

CASTEL-BRANCO, Carlos N. **Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique.** Cadernos IESE, Maputo, nº01/2010, 2010.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique:** a propósito do lançamento de três livros do IESE. 2010b

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **General Profile: Mozambique.** Disponível em:<<http://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/508/index.html>> Acesso em 24 jul. 2017.

DALLA COSTA, Armando. **La Vale dans le nouveau contexte d'internationalisation des entreprises brésiliennes.** Revista Entreprises et Histoire, Paris, n. 54, abril 2009, p. 86-106. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-entreprises-et-histoire-2009-1-page-86.htm>. Acesso em: 22 jul. 2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Moçambique e Brasil juntam-se hoje na inauguração do Corredor de Nacala.** 2017. Disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/mocambique-e-brasil-juntam-se-hoje-na-inauguracao-do-corredor-de-nacala-8469587.html>. Acesso em : 15 jul. 2017.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Tradução Osvaldo Coggila. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006a

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo: a acumulação por espoliação**. Socialist Register 2004: O novo desafio imperial, Buenos Aires, CLACSO, 2006b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/Socia04br.pdf>> Acesso em: 15 junho de 2013

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida? O boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento**. Estados Unidos da América, HWT, 2013

JOSÉ, David Selemene; SAMPAIO, Carlos Hoffmann. **Estado da arte da mineração em Moçambique: caso carvão de Moatize, Tete**. III Congresso Brasileiro de Carvão Mineral, anais de congresso 2011 Gramado RS. Verificar a página do artigo na internet citar corretamente,

LANGA, José Maria do Rosário Chilaúde; SOUZA, José Gilberto, HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A produção de alternativas agroenergéticas e a questão da terra em Moçambique: A província de Manica**. Campo-Território: Revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-31, fev., 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/19768/12062>. Acesso em: 25 jul. 2017.

LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. Confins, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7424>>, acesso em: 03 jul. de 2013

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução Moniz Bandeira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MACAUHUB. **Grupo brasileiro Vale quer vender 50% da participação que controla no Corredor de Nacala, em Moçambique**. 2013. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/12/03/grupo-brasileiro-vale-quer-vender-35-da-participacao-que-controla-no-corredor-de-nacala-em-mocambique/>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. **Grupo brasileiro Vale anunciará até Junho de 2014 novo parceiro no corredor de Nacala, em Moçambique**. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2013/12/19/grupo-brasileiro-vale-anunciara-ate->

junho-de-2014-novo-parceiro-no-corredor-de-nacala-em-mocambique/. Acesso em 05 set. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração**. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Vale se torna a maior investidora do Brasil na África e é alvo de críticas**. O Estadão, Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,vale-se-torna-a-maior-investidora-do-brasil-na-africa-e-e-alvo-de-criticas,1091746,0.htm> . Acesso em: 19 jan. 2014.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **História geral da África VOL. VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2015**. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em: 24 jul. 2017.